

TEATRO POLÍTICO, EDUCAÇÃO E A ESTÉTICA DA RESISTÊNCIA

SUPERANDO O DRAMA DO ETHOS BURGUEÊS

Paulo Wesley Maia Pinheiro¹

Resumo: Apresentando parte da síntese construída na pesquisa a “A arte das exploradas-oprimidas: práxis artísticas, ontologia do ser social e a unidade exploração-opressão” destacamos como a transversalidade das práxis da educação, da arte e da política pode proporcionar o descortinamento da estética naturalizada da exploração-opressão. Assim, evidenciamos a pedagogia popular de Paulo Freire (2004) e o teatro dialético e do oprimido como mediações de desvendamento da dialética das opressões (Pinheiro, 2022), quando demonstramos a peculiaridade do estético (Lukács, 2003) e o seu papel na conservação e/ou nas resistências diante do processo alienado de naturalização do ethos burguês (Konder, 2000). Diante da unidade exploração-opressão, a fruição teatral crítica, coletiva, colaborativa e pautada numa pedagogia popular, instiga às possibilidades de visibilizar, revitalizar, potencializar e realizar a diversidade ontológica das estéticas dos sujeitos coletivos da classe trabalhadora, assim, neste processo de formação, criação e difusão cultural, se constituem experiências de subjetivação e objetivação questionadoras da exploração da força de trabalho, do racismo e do cisheteropatriarcado.

Palavras-chave: Unidade exploração-opressão. Ethos burguês. Teatro do oprimido. Teatro dialético.

¹ Docente do Departamento de Serviço Social e professor colaborador do Programa de Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso. Diretor do Teatro Universitário, coordenador do Projeto Cena Livre - Teatro e Questão Social e presidente da Associação de Maracatu Buriti Nagô. Doutor em Política Social-UnB (2022), realizou estágio pós-doutoral na Universidade Estadual do Ceará em 2025. Tem experiência na área de Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: trabalho, unidade exploração-opressão e ontologia do ser social; Arte-educação, educação popular e teatro dialético e do oprimido; Determinação social da saúde e questão ambiental. Vencedor do Prêmio CAPES de Tese 2023.

E-mail: paulo.pinheiro@ufmt.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0375789804920226>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9632-252X>

TEATRO POLÍTICO, EDUCACIÓN Y LA ESTÉTICA DE LA RESISTENCIA SUPERANDO EL DRAMA DEL ETHOS BURGUEÉS

Resumen: Presentando parte de la síntesis construida en la investigación “El arte de las explotadas-oprimidas: praxis artísticas, ontología del ser social y la unidad explotación-opresión”, destacamos cómo la transversalidad de las praxis de la educación, el arte y la política puede proporcionar el desvelamiento de la estética naturalizada de la explotación-opresión. Así, evidenciamos la pedagogía popular de Paulo Freire (2004) y el teatro dialéctico y del oprimido como mediaciones de desvelamiento de la dialéctica de las opresiones (Pinheiro, 2022), donde demostramos la peculiaridad de lo estético (Lukács, 2003) y su papel en la conservación y/o en las resistencias ante el proceso alienado de naturalización del ethos burgués (Konder, 2000). Ante la unidad explotación-opresión, la fruición teatral crítica, colectiva, colaborativa y basada en una pedagogía popular, instiga a las posibilidades de visibilizar, revitalizar, potenciar y realizar la diversidad ontológica de las estéticas de los sujetos colectivos de la clase trabajadora, donde, en este proceso de formación, creación y difusión cultural, se constituyen experiencias de subjetivación y objetivación cuestionadoras de la explotación de la fuerza de trabajo, del racismo y del cisheteropatriarcado.

Palabras clave: unidad explotación-opresión. ethos burgués. teatro del oprimido. teatro dialéctico.

Introdução

É diante da condição ontológica do ser social, com a sua capacidade criadora, interventiva e transformadora que - sob o fundamento do trabalho como práxis fundante - os aspectos de uma educação e de uma arte crítica se entrelaçam e demonstram sua potencialidade, mesmo num tempo histórico marcado pelo aprofundamento da unidade exploração-opressão, que conjunturalmente explicita a violência, os preconceitos cotidianos, o fatalismo histórico e o autoritarismo do estado que cumpre às tarefas impostas pela coalizão liberal-conservadora em tempos de crise estrutural do capital (Pinheiro, 2024).

Se o ethos burguês finca seus pés na estrutura social forjada na expropriação da diversidade humana e naturaliza todas as desigualdades socialmente construídas para a perpetuação da exploração da classe trabalhadora, do racismo e do cisheteropatriarcado, a constituição de resistências nas mais diversas práxis sociais acompanham a suspensão cotidiana das estruturas alienantes e alienadas, impondo formas e conteúdos que apontam outra direção.

Quando evidenciamos a pedagogia popular de Paulo Freire (1996; 2004), em sua capacidade de desvendar a dialética das opressões (Pinheiro, 2022), além de mergulhar nas mediações imprescindíveis da pedagogia da autonomia e da libertação, como um ensaio de possibilidades que apontam para um horizonte emancipatório ante às estruturas do mundo do capital, demonstramos o encontro inexorável com o teatro crítico, que se conduz por poéticas políticas antagonistas da estrutura burguesa e de seus valores éticos e estéticos.

Este prisma analítico associa o sentido artístico ao processo educativo, sublinhando sua produção e disseminação a fim de aprofundar as reflexões sobre as contradições em torno do elemento estético do ethos burguês. Por isso, buscamos observar as mediações dos processos de resistência evidenciados nas diversas linguagens artísticas, especialmente, tendo como objeto de estudo o Teatro do Oprimido (BOAL, 2005) e o Teatro Épico-dialético (BRECHT, 1967; 1978).

Assim, analisamos a questão da unidade exploração-opressão no âmbito das práxis artísticas, investigando as determinações estéticas e os processos de desnaturalização na resistência crítica e criativa das pessoas exploradas-oprimidas. Para isso, desenvolvemos um debate acerca da estética (Lukács, 2023), consolidando o debate na articulação

com as formulações sobre a alienação do trabalho, da alienação colonial e da alienação sexual, quando recorremos aos debates de Lukács (2018), Alexandra Kollontai (2000) assim como das contribuições do feminismo de Santos & Cisne (2018), de Arruzza (2015), Bhattacharya (2017), de Franz Fanon (2008; 2010) para explicitar as determinações na real dinamicidade entre a exploração e as opressões.

A estética do ethos burguês e a expropriação da diversidade humana

É sabido que no amadurecimento do capitalismo e em seu processo de mundialização, a transmutação imperialista e monopolista caminhou historicamente com a formalização da liberdade pós-escravidão nos territórios colonizados que, depois de cumprido o seu papel na fase colonial, impulsiona um fator econômico de fôlego para a lei geral de acumulação capitalista, ao desenvolver o aspecto quantitativo do exército industrial de reserva, garantindo as possibilidades de diminuição relativa no investimento de capital variável dentro da composição orgânica do capital, posto a oferta de trabalho garantir tal condição.

O destaque da expropriação como uma condição originária e contínua para a formação e perpetuação do capitalismo já é algo amplamente revelado por diversos debates teóricos. Marx (2013), na sua argumentação histórica e econômica, Frederici (2017), como sua ênfase na expropriação das mulheres, Fontes (2010), jogando luz em seu papel atual, vívido e fundamental, indicaram os caminhos analíticos que demonstram que a retirada dos meios sociais e das condições de sobrevivência humana da maior parte das pessoas é um fundamento da concretude da classe trabalhadora em suas mais distintas formas de existir.

Quando articulamos esse debate com as unidades produção e reprodução social e objetividade e subjetividade irremediavelmente chegamos na unidade exploração-opressão, desvendando a complexidade da materialidade social capitalista e como a sua lei geral de acumulação constitui uma necessidade ontológica da complexidade alienada do trabalho, da alienação colonial e da alienação sexual, para a confirmação da classe trabalhadora existente com distintos valores pautados na constituição das opressões históricas (Pinheiro, 2022).

Da argumentação ontológica pelo materialismo histórico e dialético, passando pelas particularidades históricas, observamos que o atravessamento das questões da reprodução social não conduz ao mero espelhamento da produção material (Lukács, 2018). A atuação unitária e essencialmente alienada não se expressa por um artifício superior ou exterior ao processo produtivo que supostamente violaria a objetividade do valor-trabalho. Ao contrário, demonstramos que o caráter alienado, portanto, violento e desumanizador, é parte constitutiva do processo de produção e reprodução da força de trabalho e de suas desigualdades que incidem diretamente na capacidade de ampliação da exploração de diferentes sujeitos pertencentes à classe trabalhadora.

O ser individual que conhecemos hoje – o tipo humano burguês – como discorreu Konder (2000) é um ser complexo, com sensações, sentimentos e valores que, embora pareçam resguardar identidade com o ser humano gênero é, sobretudo, uma forma particular de existência, marcada pela construção histórica e pelas condições materiais produtivas e reprodutivas hegemônicas e suas contradições. A particularidade histórica do ser social vivente alienado na estrutura social que ele mesmo desenvolveu, o capitalismo, o conduz a expressões

de inanição não somente físicas, mas também socialmente existente no tipo humano burguês como um ser eticamente irresolvido.

O *ethos* como a materialização valorativa do modo de ser hegemônico, conduzindo princípios, normas, percepções, desenvolvendo identidades e não identidades, promove as mediações objetivas e subjetivas entre as dimensões universais do modo de vida burguês e da existência individual de todos os sujeitos inseridos em sua sociabilidade, independente de qual classe, gênero/sexo, raça/etnia, geração ou território de origem.

Desvendar como o caráter originário e contínuo, permanente e complexificado dos processos de expropriação constitui um nexo interno da unidade exploração-opressão é uma determinação fundamental para entender como a objetivação da exploração da força de trabalho livre também subjetiva um *ethos* alienado que atravessa todas as relações sociais.

Nesse sentido, trabalhamos com as obras de Marx (2013), Engels (2006) e Lukács (2018), para esmiuçar a complexidade da alienação, buscando as mediações históricas dos processos de desumanização, coisificação e fetichização do ser humano, da sua produção social, dos seus valores e de suas relações que forja uma construção de objetivação da exploração enquanto subjetiva um “tipo humano” da sociedade burguesa como sujeito universal alienado, como nos provoca Konder (2000).

A partir da evidência do ser social como um ser da práxis e da desnaturalização essencial de todas as desigualdades sociais, demonstramos que a diversidade é uma potencialidade ontológica do ser social e a desigualdade social uma condição ontológica da alienação. Esta, realizada na sociabilidade capitalista com determinações qualitativamente distintas dos processos anteriores de

desumanização, afinal, o caráter produtivo do modo de vida em curso constitui uma possibilidade da abundância em termos produtivos, enquanto sua centralidade no valor realiza a desigualdade material e a desefetivação do ser.

Nesse sentido, o processo ético e estético vai assumindo um caráter alienado (desumanizado, coisificado) e expressando valores que materializam no campo das relações interpessoais a transmutação da nossa capacidade de sermos diversos em um rebaixamento de sermos seres desiguais, cumprindo uma função contraditória de desefetivação do ser social, enquanto produz “sentido ao mundo sem sentido”, disciplinando sujeitos, culturas, identidades para a ordem social da exploração da força de trabalho.

Se há uma universalização de um ethos particular, forjado historicamente pela expropriação, exploração e opressão, cada sujeito vai vivenciar condições e relações radicalmente distintas com tal conjunto constitutivo do cotidiano da reprodução social alienada. Por isso, o tipo humano burguês transcende o indivíduo da classe burguesa e se realiza na individuação dos sujeitos da sociabilidade do capital numa universalização naturalizadora dos seus valores:

[...] Expliquemo-nos: uma coisa é o burguês, o proprietário dos grandes meios de produção, o industrial, o empresário, o banqueiro, o grande comerciante. Outra coisa é o tipo humano» que a burguesia, no exercício da sua hegemonia, permite que se desenvolva na sociedade. Não se trata de uma «modelagem» do burguês feita pela burguesia (fenômeno que de fato existe, mas permanece restrito ao espaço da classe): trata-se de um condicionamento promovido, não pela burguesia, diretamente, mas pelo conjunto da sociedade burguesa, quer dizer, pelas características do «sistema» social estruturado sob a hegemonia da burguesia. O comportamento do burguês como tal corresponde de maneira mais ou menos direta aos grandes interesses da sua propriedade; já os movimentos do homem burguês como «tipo humano» apresentam uma enorme diversidade, uma riqueza bem mais surpreendente de contradições. (KONDER, 2000, p.15)

Se a construção histórica pré-capitalista forjada no cisheteropatriarcado impulsiona a materialidade histórica da formação da burguesia na Europa e se a formação da ideologia racista é condição central para o processo de dominação colonial, é com o alto desenvolvimento das forças produtivas da sociabilidade é o piso que alicerça a estrutura de dominação, violência, expropriação, hierarquização e desumanização dos outros sujeitos distantes de sua lógica. É sobre essa base onde desfila o Estado moderno, a emancipação política, a subjetividade jurídica, a individualidade abstrata como um conjunto que permeia os limites civilizatórios da diversidade humana nos marcos do capital, encobrendo a dimensão ontológica de superarmos efetivamente as formas de exploração-opressão.

A alienação e suas diferentes formas realização, o reforçamento e potencialização dos valores desumanizados e a materialização de condições marginais para determinados tipos humanos não retiraram esses do processo produtivo do capital, ao contrário, os colocaram como peças centrais de condições de exploração intensificada pela rebaixamento de suas identidades e, além disso, cumpriram também um papel no campo restrito da reprodução social, assumindo em seus sujeitos, corpos, culturas e espaços/territórios o espectro de oposição ao ethos burguês, o arquétipo mobilizador das políticas do Estado para mistificação normatizadora e violenta frente à questão social, envolta de processos de criminalização, patologização e moralização, artifícios mascarados do moralismo, enquanto se encobria a essência capital-trabalho.

A expropriação da diversidade ocorre na dissolução de sua base material, no desnudamento da organicidade do ser social e seu mergulho no fundamento alienado que objetiva violentamente

a formação capitalista e sua centralidade na exploração, enquanto subjetiva o arquétipo do tipo ideal humano: o ser burguês, europeu, branco, cis, heterossexual, familista, monogâmico, adulto, judaico-cristão, liberal, com a corporeidade potencialmente produtiva e sujeito defensor da razão formal-abstrata. O pilar ideológico que desenvolve o indivíduo simbólico nucleador de seu ethos expressa alegoricamente a complexidade do conjunto de ideias, práxis e complexos que constituem o processamento de mediações para manutenção da lógica do capital dentro de sua reprodução tão dinâmica, contraditória e tensionada.

O igualitarismo jurídico é a máscara burgo-branca-cishetero-patriarcal que referenda o incorporamento do fetichismo da mercadoria em relações individuais coisificadas, naturalizadas na modelagem de uma moral e de uma estética particular, assumidas como universal, produzindo o sentido social de uma estrutura material que realiza constantemente o distanciamento da maior parte da humanidade das suas condições de existência, seja das necessidades imediatas, seja das possibilidades de realizar a potência de suas capacidades humanizadoras do mundo.

A expropriação estética é uma condição da dialética da unidade exploração-opressão, pois cultura e valores distantes da centralidade do ethos burguês tendem a ser desumanizadas, invisibilizadas, dilapidadas ou rebaixadas e apropriadas sobre a forma-mercadoria. A constituição do que é belo, normal, socialmente aceito como cultura e arte superior reforça e aprofunda elementos fundamentais da estrutura de um tempo histórico. As “máscaras brancas” - nos termos de Fanon (2008) vão se impondo sobre a arte e da cultura dos sujeitos oprimidos, como necessidade mercadológica, como coisificação e como meio de disciplinamento, educação e controle das formas de

criação, produção, fruição e disseminação cultural que não tem como fim último os pressupostos capitalistas.

Para além da determinação imediata, há também no campo da reprodução social, a dimensão da resistência coletiva, quando, diante os antagonismos materiais e da ontologia incontornável que interpõem a classe que é explorada e a classe que explora, a dimensão cultural dos sujeitos detentores da criação de todo o mundo social, aqueles que trabalham, também persiste a característica criadora, inventiva e desnaturalizadora que tensiona no âmbito da cultura - inclusive, das artes - possibilidades de rebeldias, assim como acontece nos espaços da política, da ciência e de outras práxis que orbitam a complexidade da sociedade centrada no modelo econômico explorador.

Retratar os aspectos desta tensão, colocando em cena a resistência de pessoas exploradas-oprimidas e sua forma de realizar práticas artísticas e culturais que se chocam com a estética e o com o ethos burguês impacta, necessariamente, em refletir sobre sua potencialidade educativa e mobilizadora diante dos desafios da crise estrutural do capital

A práxis artista frente ao ethos burguês: a estética das exploradas-oprimidas em cena

Articular o debate da *Estética* (2023) de Lukács sob a luz de sua *Ontologia do Ser Social* (2018), possibilita se concentrar nas reflexões da unidade exploração-opressão nesta temática, abrindo o leque de análise para dialogar com sujeitos que pautaram este debate com perspectivas e posições diversas no âmbito do materialismo. Por isso, o debate de Bertolt Brecht acerca do papel da arte e suas interpretações e posições sobre o Teatro Épico/Dialético e as formulações de Augusto Boal, no que trata do Teatro do Oprimido”,

apresentam elementos interessantes para a busca de uma síntese mais profunda referente às mediações da unidade exploração-opressão.

O questionamento sobre a “estética das pessoas exploradas-oprimidas” articulado com o debate da ética mergulha nas dimensões historicamente determinadas da complexa reprodução social da sociedade capitalista, enfrentando a desnaturalização do “tipo humano burguês”, sujeito particular forjado na subjetivação do ethos hegemônico da objetividade do capital.

Os princípios teórico-metodológicos da totalidade histórica alcançam dialeticamente as possibilidades de uma arte crítica dentro da sociabilidade calcada na estrutura da unidade exploração-opressão, observando este fazer artístico coletivo, vivenciando a construção de processos de criação dentro da arena da luta de classes, quando a particularidade do ser social e sua potencialidade ontológica de criação e diversidade, se ver reduzida às contradições alienadas do acúmulo cultural histórico da humanidade e a redução à sua forma-mercadoria, tudo isso orbitando uma estética naturalizadora do ethos burguês.

A cultura como um complexo - dentro do complexo de complexo que é a reprodução social - tem um conjunto de mediações muito diversas que sintetizam as relações sociais de um tempo histórico e se expressam nos valores, símbolos, identidades e práticas que se realizam nas manifestações cotidianas e também na arte, como processos de ação-reflexão que se constituem o campo da particularidade, espraiando mediações do âmbito da humanização do mundo que complexifica as possibilidades de elaborações estéticas (LUKÁCS, 2023).

Na esteira contraditória de cada tempo histórico, os antagonismos estruturais promovem os arcos delineadores dos limites

e das possibilidades na tensão das forças sociais que promovem as alternativas antagônicas frente a humanização do mundo, como condição ontológica, e a desumanização de tudo, como condição historicamente determinada pela alienação. A realização coletiva de espaços e experiências artísticas populares, materialmente orientadas para o questionamento do status quo ganha um contorno complexo quanto mais se aprofundam as expressões da questão social em tempos de crise estrutural.

A partir de um diálogo crítico entre as disposições distintas de um campo materialista, histórico e dialético e de disposições plurais do campo da educação, da cultura e da arte popular, observamos as determinações da arte da resistência diante da exploração e das opressões numa dimensão complexa e recheada de possibilidades. A cultura desvendada como o conjunto de valores e expressões de um tempo histórico define processos mais amplos do que o conjunto dos produtos artísticos e, assim, revela que estes últimos são uma particularidade da reprodução social atravessada pela ideologia hegemônica de uma sociedade.

Examinando esta ênfase e recuperando o debate de Lukács (2018) sobre a ideologia como um complexo das ideias determinantes de uma sociabilidade, dando sentido e cumprindo funções sociais para a continuidade da produção e reprodução social, expressando suas contradições fundamentais, quando analisamos a cultura e, particularmente a arte, observamos sua importância para o debate da questão social e de suas expressões. Prates (2007, p.224) diz que:

Exprimimos – através do traço, da cor, do som, dos gestos – sentimentos, valores, hábitos, costumes, indignações, paixões, modos de ver o mundo, a vida, a nós mesmos e materializamos na pintura, na dança, na culinária, na escultura, na dramatização, na arquitetura, na música, nossas objetivações, em parte histórica e socialmente construídas, em parte histórica

e socialmente determinadas, possibilitando que sejam apreendidas pela razão e sensibilidade do outro; mas, por outro lado, reduzimos também o sentido estético, o gozo humano do belo, do bom, do confortável, quando nossa sensibilidade é alienada. Por exemplo, como bem aponta Marx, destacando a miséria e a pobreza da sociedade que tem por base a propriedade privada, o comerciante de minerais não vê sua beleza e peculiaridades senão somente o seu valor comercial, o seu valor de troca.

Assim, investigar a estética como um complexo e sua realização nas práxis artísticas é um princípio fundamental para adensar os elementos de manifestação dos limites e possibilidades da arte como práxis de expressão e desvendamento da alienação da sociabilidade burguesa, estruturada na exploração da força de trabalho (assim como os seus limites históricos e a sua função no complexo alienado da unidade exploração-opressão).

O ser social age diretamente no mundo e, além da produção social, vai construindo as práxis no campo da reprodução, locus onde reflete e cria possibilidades dentro do seu tempo histórico. No campo das artes esse processo se apresenta por diversas linguagens e meios, atravessando a histórica e traduzindo particularidade de contradições e conflitos marcantes de cada tempo e espaço.

As chaves para essa formulação estão no aprofundamento sobre dimensões do método, especialmente a questão da unidade dialética, da suprassunção, da totalidade, da mediação e da ênfase metodológica em determinados fenômenos da realidade. Por tudo isso, a observação da “estética do exploração-opressão” e da “estética da (pessoa) explorada-oprimida” - para dialogarmos com a ideia da “Estética do Oprimido” de Augusto Boal (2009) - nos aponta para um mergulho teórico no arcabouço do conjunto de valores sociais da sociabilidade da unidade exploração-opressão.

A desnaturalização da estética do ethos burguês coloca em foco determinações da subjetivação proeminente do sujeito detentor dos

meios de produção construído historicamente na particularidade da sociedade capitalista, mas que é tomado como ser humano universal, desumanizando todas as relações humanas, valores e percepções.

No conhecido poema de Bertolt Brecht que nos indica “desconfiar do mais trivial”, a desnaturalização das desigualdades é evidenciada na construção artística como uma mediação para buscarmos sua superação. Numa análise apressada parece uma obviedade dizer que nada que existe na sociedade deve parecer natural, ou seja, que tudo que o ser humano constrói é social, portanto, radicalmente humano. No entanto, quando aprofundamos o debate dos argumentos conservadores sobre as opressões, essa redundância semântica colide com as mais persistentes defesas de que existem desigualdades insuperáveis para a humanidade. Seja por uma defesa de determinações sobrenaturais, seja pela perpetuação de argumentos fisiológicos como reflexos da natureza, há sempre elucubrações que identificam um essencialismo naturalizador da alienação.

Nas formulações de Augusto Boal (1991; 2008) a difusão do conceito de opressão reproduz os limites que diversos intelectuais apresentam acerca das determinações ontológicas sobre sua unidade com a dimensão da exploração. Os processos artísticos coletivos numa perspectiva crítica vão contornando as contradições entre sua direção radical e as poucas formulações teóricas que evidenciam uma densidade analítica por uma dimensão efetivamente emancipatória.

O Teatro do Oprimido (TO), práxis teatral sintetizada por Boal, sublinha a direção ética e esteticamente comprometida com a desnaturalização das desigualdades sociais. O TO se constitui numa formação sucessiva de jogos, técnicas, teorias, práticas e ênfases que foram se modificando historicamente, desde os princípios até

as novas possibilidades e lentes vivenciadas pelos atores sociais viventes, resistentes e combatentes contra o conjunto das opressões, em seus diferentes contextos.

Por isso, é uma práxis que vai posicionando politicamente e enraizando as suas ações cênicas em realizações que não somente espelhem as desigualdades sociais, mas que promovam a possibilidade efetiva de transformação, tendo como elemento fundamental a realidade, a solidariedade, a empatia e o protagonismo das/os pessoas oprimidas/as, construindo coletivamente uma dimensão que possibilite ação-reflexão, partindo de situações particulares como mediações para chegar aos elementos históricos, materiais e radicais daquilo que estrutura a sociedade fundamentada na unidade das opressões e da exploração.

Construindo a arte em direção até a “estética do oprimido”, o teatro como “ensaio da revolução” busca não somente um processo de consciência do espectador, mas a superação da lógica aristotélica na condição ativa de todos os sujeitos que fazem a arte sendo, o público parte vivente da ação artística. Boal (1991) busca superar a condição brechtiana para desenvolver estratégias de promoção de todos os sujeitos como artísticas realizadores.

Como uma realização que pressupõe interação, a proposta de um teatro político nos direciona às determinações do ser social como eminentemente coletivo, criativo e interventivo. Augusto Boal defendia que a primeira opressão a ser combatida no teatro é a separação entre ator e espectador, que relega este último a um papel passivo de “depositário” de ideias. Assim, um teatro arte-educativo busca uma vivência que se espalha pela plateia, convida ao movimento, induz ritmo, enquanto declama texto, com uma interpretação mais preocupada com a demonstração do que com o artifício emotivo.

A unidade gesto-palavra, ação-sentido, atravessa os jogos teatrais, mergulha em dinâmicas que desarmam os automatismo do cotidiano e provocam os sujeitos à observarem não somente a relação causa-efeito numa narrativa dramatúrgica, mas as motivações objetivas e subjetivas que estão na realidade social e que, por isso, podem ser encontradas no texto também dentro de cada participante.

A práxis artística, em especial, o teatro, numa perspectiva da estética lukacsiana, pode ser percebida como uma mimesis ativa e não um mero espelhamento da realidade. Assim, o desenvolvimento cênico que perpassa pela junção de texto dramatúrgico, preparação de corpo, construção de personagem, atuação, direção, maquiagem, figurino, som e cenografia realiza na síntese-espetáculo uma unidade de diversas funções que é menos um reflexo e mais uma reflexão sobre o real. É por esse fundamento que a construção plural entre a figuração, em Brecht, e, a construção do personagem, por vezes, assume de mediação mobilizadora plural para a prática educativa, sob a lente crítica da pedagogia da autonomia e com o recurso dos jogos teatrais de Spolin (2009) e de Boal (2024).

Nesse prisma, retomando as reflexões de Lukács (2023), a obra de arte opera no campo do particular que condensa elementos da realidade social em sua amplitude universal de um tempo histórico, sendo uma mediação sobre uma época ou sobre uma determinação desta, como uma classe social, elevando o sujeito espectador para possibilidades de autoconsciência de seu lugar no mundo.

Se há para Lukács (2023) uma constituição positiva na experiência catártica do ponto artístico, vivenciá-la em uma construção coletiva interpôs um processo rico de possibilidades na complexificação da subjetivação. Há nesse sentido um caráter de elaboração sensível que humaniza o sujeito desumanizado. O

processo artístico de criação e contemplação pode, portanto, ser educativo num sentido amplo, para além de questões centradas no cartesianismo cognitivista ou na acumulação conteudista de repertório cultural, mas, na capacidade de revelar a emoção, o afeto, a sensibilidade socialmente existente, amortecida em dimensões dualistas, racionalistas, desumanizadoras.

Não por acaso, Paulo Freire destaca que o papel da arte não está numa afirmação desta como ferramenta para a educação, mas que, mesmo que possa ser uma mediação, ela tem uma finalidade ontológica, portanto, “a arte tem que participar da escola como ela mesma, como fim. Ela pode até ser meio, mas ela tem que ser respeitada como atividade-fim. A arte tem que ter um lugar de respeito na escola” (Freire, 1990).

Por esse princípio, o fundamento educativo da arte não se encontra num caráter de recurso paradidático, mas como alternativa de experimentação de atividades individuais e coletivas do exercício da invenção, criação, produção e realização que atravessam a consciência como um complexo sistêmico, enfatizando a dimensão do sensível enquanto elemento do ser humano que perpassa imaginação e a emoção, mas também a memória, o pensamento e demais funções psicológicas que, sendo o ser humano um ser monista, se encontra em todo o seu ser corpóreo em uma retroalimentação com o meio social/material.

Fora da dimensão catártica, o teatro épico-dialético de Brecht (1978) implica na defesa de uma explícita elaboração crítica, discursiva e de uma vivência política ativa, investindo no recurso do distanciamento da identificação e no contorno da representação, buscando o estranhamento (*Verfremdungseffekt*) do mundo social alienado e a busca pela desnaturalização dos

fundamentos das desigualdades sociais. Se Lukács e Brecht tiveram importantes diferenças quanto ao realismo socialista e sua estética, ambos concordavam quanto à possibilidade de suspensão do cotidiano, tendo a arte como lócus especial de sustentação de uma atividade crítica.

A atividade artística desvendada como uma práxis, que circunscreve seu caráter antropomorfizador na ação-reflexão criadora que, mergulhada nas contradições calcadas na complexidade alienada do momento predominante da relação capital-trabalho, fervilha as mediações e determinações dos antagonismos de classe na sociabilidade desumanizada pela exploração da força de trabalho complexifica e espraiada na unidade produção-reprodução capitalista, cisheteropatriarcal e racista que expropria a humanização dos sujeitos individuais e coletivos na sobreposição de um ethos que é, também, esteticamente alienado pela universalização da objetividade e da subjetividade burguesa.

A arte, portanto, se apresenta em uma dupla dimensão, como práxis que objetiva novos processos na realidade social, ao passo que, também, pode ser uma mediação de reflexão no desvendamento das expressões da questão social, das formas de realização da unidade exploração-opressão e na desnaturalização do *ethos burguês e de sua estética*, de seus processos de expropriação das culturas e identidades não-capitalistas, cumprindo o papel educativo incontornável diante da complexidade alienada.

É por essa direção que polemizar teoricamente esses elementos também apontam para a reflexão sobre os atravessamentos ideológicos na práxis educativa, a construção de uma educação “para além do capital” colide com as barreiras da estrutura social predominantemente alicerçada na exploração da força de trabalho da classe trabalhadora pela burguesia.

Este processo exige complexificação da reprodução social, posto que, a tendência da lei geral de acumulação capitalista imprime o caráter de ampliação irremediável do investimento em capital constante, em detrimento do capital variável, consolidando, além de um caráter naturalizador da desumanização e da desigualdade, a necessidade de conhecimento especializado do/da trabalhador/ra médio (MARX, 2013).

O papel da educação mergulha numa dinâmica pragmática, imbuída das tarefas dedutivas de conformação das necessidades humanas pelos ditames do mercado. Essa afirmação impõe ao processo crítico, humanizador e orientado por um horizonte emancipatório, os desafios descomuns de descortinamento da hegemonia neoliberal que se consolida como mantenedora do ethos burguês no espaço da ciência e marginaliza toda e qualquer empreendimento teórico-reflexivo que referenda um processo educativo pautado no valor de uso, na diversidade, na sensibilidade e na coletividade.

Assim, a educação e a arte numa perspectiva popular desvenda que o processo não pode se estabelecer como uma mera transmissão de conhecimento técnico, mas um ato político-pedagógico. Tal reflexão, quando dialogada com os atravessamentos contemporâneos de naturalização do ethos burguês pela subjetivação neoliberal, encontra nas experiências artístico-educativas um arco de contradições *sui generis*, posto que realizam em seus processos a elucidação das potencialidades e dos desafios do tempo histórico marcado pela unidade exploração-opressão ao passo que, em se tratando de uma peculiar encruzilhada de práxis sociais tão importante - como a educação, a arte e a política - instiga elementos contraditoriamente humanizadores e reveladores de como a diversidade ontológica do ser social pode ser cultivada pela construção histórica, coletiva e sensível.

Augusto Boal (1991, 2005) e Paulo Freire (1996), no teatro e na educação, produzem sínteses nas tecnologias populares frente às opressões socialmente construídas, imprimindo teoricamente uma arte e uma pedagogia das práxis pela libertação que, pela unidade forma-conteúdo, com rigor, disciplina e rebeldia que atravessam os corpos, as identidades e as relações, numa forma de sensibilização dos seres coisificados. Mergulhando na peculiaridade do estético, o teatro atravessa experimentos que encontram as mediações da educação e da política, se propondo a unificar forma e conteúdo na tematização de aspectos da unidade exploração-opressão e nas expressões da questão social.

Considerações finais

O desenvolvimento social e histórico de um sistema pautado na produção e circulação de mercadorias exige uma complexidade estrutural que objetiva e subjetiva determinações definidoras dos últimos séculos para toda a humanidade. A produção e reprodução social capitalista tem sua estrutura material produzida historicamente na expropriação de terra, territórios, saberes, culturas, identidades a fim de criar, manter e aprofundar às condições fundamentais das classes sociais prioritárias dessa conjunção: a classe hegemônica, detentora dos meios de produção e, assim, predominante em todas as práxis produtivas e reprodutivas e, do outro lado, à classe que precisa vender a sua força de trabalho, tendo a condição de exploração como barreira material para o exercício de sua capacidade ontológica de criação, humanização e diversidade.

Apesquisa explorou as tensões e potencialidades do teatro do oprimido e do teatro dialético como mediações comprometidas com

o protagonismo das pessoas oprimidas e exploradas, apresentando em sua particularidade o seu fundamento unitário, incorporando culturalmente a desnaturalização da estética burguesa, racista e cisheteropatriarcal. Assim, desvendou elementos de avanços, de permanência de velhos dilemas, da potencialidade de articulação com o teatro dialético como norte de radicalidade e, sobretudo, de como o movimento do real implica que se cultive os alicerces emancipatórios, observando a dinamicidade, a multiplicidade, a historicidade e da diversidade da classe trabalhadora, implicando sua materialidade e concreticidade a fim de que não se esvazie sua potencialidade artística, seja em tecnicismos fetichizados e retrógrados e nem no apelo performático, afeito ao idealismo liberal e à obsolescência como ideologia.

Impulsionar ações educativas em torno da arte, não somente buscando-a como um suposto instrumento, mas consolidando o processo artístico organizado e orientado com fundamentos estéticos e ético-políticos socialmente referenciados é, não somente uma alternativa, mas uma necessidade histórica. Imprimir em negrito as linhas artísticas de uma estética anti-exploração e anti-opressão é humanizar os sujeitos coletivos historicamente expropriados, dilapidados, apagados da história.

O potencial humanizador de uma arte dos sujeitos coletivos explorados-oprimidos tem especial carga educativa porque é um processo de revelação da capacidade criativa, sensível e mobilizadora da humanidade que, tendo consciência de suas possibilidades coletivas, também pode contemplar e efetivamente construir ações para cultivar à sua diversidade concreta, como gênero capaz de superar todas as barreiras estruturais que naturalizam a alienação.

Se ação material no mundo do trabalho é o fundamento predominante para esta transformação, buscando superar a hegemonia burguesa, o combate à miserabilidade espiritual da humanidade, imposta pelo ethos burguês, é uma tarefa irremediável para o plano da subjetivação e, portanto, assim como a política e outras práxis, na peculiaridade do estético, a arte, surge no palco da história como um pilar para relevar o papel transformador do gênero humano.

Referências

ARRUZZA, Cinzia. **Considerações sobre gênero**: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. *Revista Outubro*, São Paulo, n. 23, p. 34-58, jan./jul., 2015. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015_1_04_Cinzia-Arruza.pdf. Acesso em: 25 fev. 2022.

BARBOSA, Ana Mae. **Arte-Educação no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BHATTACHARYA, Tithi (Org.). **Social Reproduction Theory**: Remapping Class, Recentring Oppression. London: Pluto Press, 2017.

BOAL, Augusto. **A estética do oprimido**: reflexões errantes sobre o pensamento do ponto de vista estético e não científico. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

BOAL, Augusto. **O Teatro do Oprimido e Outras Poéticas Políticas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1991.

BOAL, Augusto. **Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BOAL, Augusto. **Teatro Legislativo**. São Paulo: Editora 34, 2021.

BOAL, Julian. **Sobre Antigas Formas em Novos Tempos: o Teatro do Oprimido** hoje entre “Ensaio da Revolução” e técnica interativa de domesticação das vítimas. São Paulo: HUCITEC, 2022.

BRECHT, Bertolt. **Estudos sobre teatro**. Tradução de Fiana Pais Brandão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

BRECHT, Bertolt. **Teatro dialético: ensaios**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana M. de Moraes dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família da propriedade privada e do Estado**. 2. ed. rev. São Paulo: Escala, 2006.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: EDUFJF, 2010.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**. São Paulo: Elefante Editora, 2017.

FONTES, Virgínia. **O BRASIL E O CAPITAL-IMPERIALISMO: Teoria e história**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

GONÇALVES, Guilherme Leite. **Acumulação primitiva, expropriação e violência jurídica**: expandindo as fronteiras da sociologia crítica do direito. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 1028-1082, 2017. DOI: 10.12957/dep.2017.28770.

KOLLONTAI, Aleksandra. **A nova mulher e a moral sexual**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

KONDER, Leandro. **Os sofrimentos do homem burguês**. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

LUKÁCS, Georg. **Estética**. São Paulo: Boitempo, 2023. v. I.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**. Tradução de Sergio Lessa e revisão de Mariana Andrade. Maceió: Coletivo Veredas, 2018. v. 14.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

PINHEIRO, Paulo Wesley Maia. **Entre os rios que tudo arrastam e as margens que os oprimem**: as determinações ontológicas da unidade exploração-opressão. 2022. 408 f. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/45222>. Acesso em: 9 fev. 2024.

PRATES, J. C. **A arte como matéria-prima e instrumento de trabalho para o assistente social**. *Revista Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 221-232, jul./dez. 2007.

SANTOS, Silvana M. **Diversidade sexual**: fonte de opressão e de liberdade no capitalismo. *Argumentum*, Vitória, v. 9, n. 1, p. 8-20, jan./abr. 2017.